CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 765/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição Federal.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera dispositivos legais e dá outras providências (Lei Maria da Penha).

Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015, que altera o art. 121 do Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Matéria DSP 15533/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 765/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=770043.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e outras normas.

Lei Federal nº 13.427, de 30 de março de 2017, que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Lei Federal nº 14.344, de 24 de maio de 2022, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.510, de 27 de dezembro de 2022, que autoriza e disciplina a prática da telessaúde em todo o território nacional.

Lei Federal nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, que institui pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo.

Lei Federal nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera outras normas.

Lei Federal nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

Lei Federal nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, que altera o Código Penal e outras normas para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar sua pena e

Matéria DSP 15533/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 765/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=770043.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência contra a mulher.

Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 12.238, de 23 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação compulsória à autoridade policial nos casos de violência contra a criança e o adolescente, quando atendidos pelos serviços de saúde públicos e privados no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 12.256, de 9 de fevereiro de 2006, que cria o Programa de Prevenção à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, bem como o seu atendimento quando vítimas dessa violência, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 17.638, de 17 de fevereiro de 2023, que estabelece diretrizes para a instituição do Programa Órfãos do Feminicídio — Atenção e Proteção no âmbito do Estado.

Lei Estadual nº 17.652, de 17 de março de 2023, que estabelece a política estadual de prevenção da violência e de proteção a crianças e adolescentes.

Lei Estadual nº 18.395, de 7 de fevereiro de 2026, que institui a Política Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.786, de 12 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a realização de campanhas educativas contra a violência à mulher.

Lei Municipal nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação de Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência e dá outras providências.

Matéria DSP 15533/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 765/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=770043.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Lei Municipal nº 15.281, de 9 de setembro de 2010, que altera a Lei nº 14.413, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município.

Lei Municipal nº 15.447, de 26 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Programa Hospital Domiciliar de Atendimento e Internação Domiciliar no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo na elaboração das políticas públicas da primeira infância e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.147, de 25 de julho de 2019, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana de Conscientização sobre Depressão Infantil e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.237, de 14 de novembro de 2019, que cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao Acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.320, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre a concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.718, de 23 de novembro de 2021, que define a prática da telemedicina no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.851, de 27 de outubro de 2022, que autoriza a criação do Auxílio Ampara, benefício a ser pago a crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrente de feminicídio, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.884, de 2 de janeiro de 2023, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.938, de 28 de abril de 2023, que altera a Lei nº 17.713, de 9 de novembro de 2021, que institui a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito municipal, para acrescentar suas diretrizes.

Lei Municipal nº 18.109, de 3 de maio de 2024, que dispõe sobre a criação do Programa de Fortalecimento da Saúde Mental e do Enfrentamento à Violência Psicológica entre Mulheres (Wollying).

Matéria DSP 15533/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 765/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=770043.

autuado por cintiacarrer em 19/10/2026 14:26:18.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PL 207/2026 – Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento ao Feminicídio, cria o Sistema Integrado de Proteção à Mulher no âmbito do Município de São Paulo, estabelece diretrizes para a articulação intersetorial de políticas públicas e para a integração de tecnologias de monitoramento, em consonância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e dá outras providências.

PL 1050/2025 – Altera a Lei Municipal 17.851/2022, para incluir os casos previstos (artigo 121-A do Código Penal) e (artigo 129, § 2º do Código Penal) que resultem em redução da capacidade laborativa da mulher.

PL 265/2022 – Dispõe sobre assistência psicológica e social para famílias de vítimas de feminicídio, no âmbito de São Paulo e dá outras providências.

PL 248/2022 – Estabelece diretrizes para a instituição do “Programa Órfãos do Feminicídio” no âmbito do Município de São Paulo.

PL 223/2026 Altera a Lei 17.851, de 27 de outubro de 2022, para ampliar os benefícios para os “Filhos do Feminicídio” e dá outras providências.

PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 179/2026 Institui diretrizes para o Programa Municipal de Apoio e Proteção Integral aos órfãos de Feminicidio no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1071/2025 Institui o Programa Municipal "Resgate de Vidas", de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas indiretas do feminicídio e da violência doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 19 de outubro de 2026.

Matéria DSP 15533/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 765/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=770043.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.0680

Matéria DSP 15533/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 19/10/2026 e juntado ao PL 765/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=770043.